



ESPM - ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING RIO DE JANEIRO-RJ
21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2018 - 09 ÀS 19H

IX ENEC

**CONSUMO E GÊNERO: REPENSANDO O CONSUMO
A PARTIR DA PRODUÇÃO DA DIFERENÇA**

9º Encontro Nacional de Estudos do Consumo
5º Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo
3º Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo



Grupo de trabalho: GT 02. Consumo, inclusão social e novas configurações subjetivas

Título do Trabalho: Modos de vida urbanos: reflexões sobre consumo no cotidiano das cidades

Autoras:

Raquel de Aragão Uchôa Fernandes

Departamento de Ciências Domésticas - Universidade Federal Rural de Pernambuco- Programa de Pós graduação em Consumo Cotidiano e Desenvolvimento Social - DCD/PGCDS/ UFRPE- Coordenação do Observatório da Família.

Michelle Cristina Rufino Maciel

Departamento de Ciências Domésticas - Universidade Federal Rural de Pernambuco - DCD/UFRPE- Coordenação do Observatório da Família.

Priscilla Karla Marinho

Programa de Pós graduação em Consumo Cotidiano e Desenvolvimento Social- PGCDS/UFRPE- Coordenação do Observatório da Família.

Laura Susana Duque-Arazola

Departamento de Ciências Domésticas - Universidade Federal Rural de Pernambuco- Programa de Pós graduação em Consumo Cotidiano e Desenvolvimento Social - DCD/PGCDS/ UFRPE

PALAVRAS-CHAVES: MODOS DE VIDA; COTIDIANO; CIDADES; CONSUMO; IDENTIDADE; DIREITOS HUMANOS.

Resumo

O déficit habitacional em Recife atingiu 70 mil famílias em 2017, contabilizando um total de 270 mil pessoas sem moradia, o Programa Minha Casa, Minha Vida sequer arranhou este déficit, e as habitações, quando construídas e entregues, ficam distantes da cidade e com deficiências de infraestrutura. O presente estudo apresenta resultado de pesquisas em andamento com parceria do Observatório da Família e do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco sobre as relações de consumo e o cotidiano nas cidades. Para este artigo utilizamos os conceitos de tática e estratégia de Certeau (2010), para o cotidiano de famílias que tem mulheres como principal referência e que moram em uma área de ocupação urbana em Recife, a comunidade Padre Lemos (ou Ilha da Cobras). A pesquisa se caracteriza por ser exploratória e de caráter qualitativo. A comunidade está situada em uma das regiões com a renda *per capita* e o valor do metro quadrado mais altos da cidade do Recife, o bairro de Casa Forte. O perfil das famílias é de chefia feminina, com histórico de migração de áreas rurais para a urbana, baixa escolaridade e ocupações precárias, predominantemente o serviço doméstico. Cotidianamente estas mulheres criam táticas (Certeau) para enfrentar estratégias elaboradas “fora do Lugar”, como reflete Maricato, e a má-fé institucional e da sociedade (Jessé Souza) relacionada às condições para a sua sobrevivência. O atual ataque as políticas sociais, a recessão econômica com impacto decisivo sobre o trabalho, o encolhimento do setor de construção civil e do programa Minha Casa, Minha Vida nos últimos dois anos deve fazer avançar o déficit habitacional no país e consequentemente os índices relacionados a pobreza.

INTRODUÇÃO

A pesquisa ***Modos de vida urbanos: reflexões sobre consumo e direitos humanos***, que origina este artigo revela um processo de investigação sobre as práticas de consumo, individuais e coletivas, no cotidiano de classes subalternas urbanas, especificamente que moram em uma área de ocupação em Recife, a comunidade Lemos Torres. Pretendendo assim, Identificar as percepções destes sujeitos sobre seu cotidiano, sua trajetória e seu modo de vida; Analisar as práticas de consumo cotidianas; Compreender como as práticas de consumo se relacionam a perspectiva de pertencimento, identidade e identificação.

Diante do exposto tivemos enquanto problema de pesquisa: *Quais são as táticas utilizadas no cotidiano para filiação (acesso) aos bens e serviços disponíveis na atual sociedade de consumo?*

Os objetivos ora apresentados, bem como, a reflexão sobre Modos de Vida e contextos urbanos, orientaram o processo de levantamentos dos dados secundários e primários sobre esta população, permitindo lançar luz sobre as diferentes formas de integração ao contexto urbano e ao universo do consumo por grupos sociais subalternizados, seja pela condição de classe, seja pelo impacto determinante o acesso instável ao direito a moradia. O caso do estudo volta-se para o universo do cotidiano de famílias moradoras da comunidade Lemos Torres, localizada na Zona norte do Recife, no bairro de Casa Forte.

Nos interessou compreender os impactos de nossa desigualdade substantiva sobre o cotidiano e os modos de vida dos destas famílias, assim como nas possibilidades de acesso aos bens de consumo individuais e coletivos, o que se agrava/intensifica no caso de convivência/coabitação (utilizando aqui um conceito de Milton Santos) com classes sociais médias e altas, o que caracteriza o caso de estudo em tela. A incerteza quanto a permanência na área (haja vistas o processo de desapropriação para construção de habitacional e ordenamento do trânsito local), é relatada por essas mulheres através do estabelecimento de uma série de táticas (usando o conceito de Certeau) como forma de ter acesso à cidade diante da desigualdade que caracteriza e determina as diferentes formas de sociabilidade na sociedade atual.

Agrava a situação a forte especulação imobiliária nesta região, que é considerada um dos metros quadrados mais caros de Recife. O que associado aos problemas de mobilidade urbana da cidade, cujos efeitos é intensificado no caso da mulheres chefes de família/mães, a ausência da prestação suficiente e adequada de algumas ações do poder público, como no caso da educação infantil, escassez de renda, inserção precária e instável ao mercado de trabalho, entre outros.

Consideramos nesta pesquisa que o consumo acaba por ter um papel determinante não apenas sobre o cotidiano dos indivíduos, mas também nas formas como estes/as estruturam ou reforçam elementos identitários e estabelecem relações, a abordagem sobre a subjetividades e as representações pode nos auxiliar neste processo de buscar compreender as percepções destes sujeitos sobre seu cotidiano, sua trajetória e o consumo no modo de vida e identificação na sociedade. É neste sentido que serão

apresentados os resultados alcançados através desta pesquisa.

METODOLOGIA

Esta pesquisa exploratória e de caráter qualitativo, estabelece como objeto empírico o lugar e impacto das práticas de consumo no cotidiano de classes subalternas urbanas, especificamente as com acesso irregular/precário ao direito à moradia.

A comunidade Lemos Torres é localizada em uma das regiões com maior renda per capita da cidade convive com o peso da convivência conflituosa desta relação entre classes há bastante tempo. A vivência da instabilidade se estabelece através de ameaças de remoção, dada à ausência de propriedade legal da terra, o que se intensificou sobremaneira desde o processo de “modernização” (verticalização) da região e pela morosidade do poder público de cumprir a demanda relacionada a regularização desta famílias no que diz respeito a moradia. A área que carece de acesso a serviços básicos relacionados a saneamento básico, por exemplo, passa neste momento por um processo de mudança significativo, com a construção de um conjunto habitacional neste mesmo território que vai abrigar 192 famílias da Comunidade Lemos Torres, dividido em seis blocos, já em fase de conclusão (ao final desta pesquisa houve a entrega dos apartamentos a comunidade).

O quantitativo de famílias na área é bastante superior ao número de unidades o que fez com que identificássemos três situações: as famílias que aguardam na área a entrega das unidades construídas do conjunto habitacional, famílias que foram removidas sob a promessa de indenização, famílias que estão recebendo aluguel social e que irão para um outro conjunto habitacional em outro bairro.

Adotamos como técnica de coleta de dados a observação participante e as entrevistas com roteiro estruturado a partir das dimensões relativas aos modos de vida

Em relação a observação participante cabe mencionar que duas das professoras que orientam este trabalho tem relações diretas com a comunidade, uma através da partilha de espaço, mora “de frente” para a comunidade desde janeiro de 2017 e consome serviços de seus moradores: água, gás, pequenos concertos (mecânica, ar-condicionado, fogão) e reparos

em roupas por exemplo. Estabeleceu para esta um dos interlocutores desta pesquisa, ele trabalha no prédio dela há 25 anos como zelador e extremamente popular na rua, é comum no horário de almoço e final da tarde estarem conversando 4, 5, 6 pessoas com ele em frente ao prédio. Foi dele os primeiros relatos e indicações para a pesquisa.

A outra professora orientadora usa serviços da comunidade, o salão de beleza, foi através dela que estabelecemos a segunda interlocutora privilegiada, a dona do salão. Ela conhece antigos moradores da Lemos torres e participou de algumas entrevistas, bem como, de observações no salão de beleza.

Estes momentos tem sido momentos de troca com estes sujeitos. É através da permanência diária na área, ainda que não dentro dela, que é possível perceber os movimentos que em alguma medida “transbordam” da comunidade, as crianças que brincam fora das casas, na rua, que se concentram logo cedo para irem para escola, muitas vezes 8, 9 crianças sendo conduzidas por uma ou duas mulheres, a brincadeira até tarde da noite em cima da carcaça do carro que está esquecida ali na via pública, as galinhas e os animais que passam o dia cruzando as vias públicas.

O tempo da observação se estendeu por todo o tempo da pesquisa, 12 meses, as entrevistas foram realizadas nos meses de maio até início de junho do ano de 2018, um total de 12 sujeitos foram mobilizados. Os nomes atribuídos aos/as informantes foram nomes vinculados aos movimentos sociais e/ou de luta pela moradia, ou ainda nomes escolhidos por algumas de nossas interlocutoras.

REFERENCIAL TEÓRICO

A realidade histórica vivenciada pela sociedade brasileira apresenta-se fortemente imbricada na gênese da formação social, política e econômica do país, e nos convida a refletir sobre a atual organização da dinâmica social manifestada, também, nas diferentes expressões da questão social, manifestas, por exemplo, através do acesso irregular/ precário à moradia e do acesso à renda de modo informal ou ilegal.

Para Adalberto Cardoso (2010):

A desigualdade social, em suas múltiplas dimensões, é uma das condições estruturantes da sociabilidade brasileira, talvez a mais importante delas. Indivíduos, grupos e classes sociais encontram-se dispostos em um espaço social de posições vazado por disparidades profundas de oportunidades de vida, isto é, de determinantes *ex ante* das chances de acesso a renda, bens, serviços, status social e recursos de poder, chances cujos parâmetros mais geras se constroem antes mesmo do nascimento, no curso das histórias de vida das famílias e das classes sociais. A disparidade manifesta-se também *ex post*, de várias maneiras: na distribuição efetiva dos frutos do trabalho social, seja ela feita pelo mercado ou pelo Estado; na distribuição das recompensas estatutárias, não importa se negociadas no cotidiano das relações sociais ou se transferidas pela tradição ou por herança, mecanismos relativamente anônimos e automáticos de perpetuação do status quo ante; na alocação social dos recursos de poder e das possibilidades reais que indivíduos, famílias, grupos e classes sociais têm de mudar de posição; no acesso aos direitos civis, políticos e sociais (CARDOSO, 2010, p. 15)

O processo de formação da sociedade brasileira ao longo dos anos, sempre esteve associado à lógica desenvolvimentista, sendo esta, orientada ao atendimento dos interesses do capital. Este é o argumento defendido por Cardoso (2010) ao afirmar que “na ordem capitalista, a desigualdade, nos dois sentidos mencionados é a condição mesma de existência e funcionamento das estruturas sociais de produção, distribuição e consumo”.

Com efeito, a situação de pobreza, desigualdades e/ou sucessivas formas de *déficit de integração*, enquanto características da sociedade contemporânea podem ajudar a compreender e explicar o aumento da violência nos dias atuais, haja vista os contingentes de pessoas –, com vínculos ou não, com suas famílias, e seus direitos constitucionais negados para garantia de uma vida digna, como é o caso do trabalho, habitação, saúde, educação, lazer, e a própria liberdade.

Esse aspecto deve-se às situações de risco social e vulnerabilidades que ultrapassam aquele/a indivíduo em particular e envolvem sua família, as gerações passadas e sua vizinhança de bairro, da favela, do cortiço. Ainda que o risco social, num primeiro momento possa ser explicado por razões recentes,

como uma situação de desemprego, de falta de recursos para arcar com um aluguel, adquirir e comprar bens de consumo doméstico ou não, visibilizados pela propaganda que também chega a essas famílias pobres através da rádio e televisão, a ruptura de vínculos da família extensa (o que sem dúvida é muito pesado para a família pobre), entre outros, é um processo com raízes profundas geradas por: contextos sociais, históricos e culturalmente configurados. Esse risco necessita de um Estado e de uma sociedade que arquem com sua responsabilidade para que a família possa cumprir a dela.

Maricato (2014) em seu livro *O impasse da política urbana no Brasil*, ao refletir sobre o impacto da criação do Ministério das Cidades no Brasil aponta os principais assuntos relacionados com as cidades brasileiras, o que para a autora representariam “os três principais problemas sociais que afetam as populações urbanas, intrinsecamente no que se refere aos aspectos ligados ao território: a moradia, o saneamento ambiental (agrega água, esgoto, drenagem e a coleta e destinação de resíduos sólidos e a mobilidade e trânsito” (MARICATO, 2014, p. 37).

Ainda de dentro das discussões sobre o que são as problemáticas sociais para as populações urbanas nas cidades brasileiras, Maricato (2014, p. 171) reflete sobre a questão dos automóveis para a mobilidade, “que era inicialmente uma opção – para os mais ricos, evidentemente – o automóvel passou a ser uma necessidade de todos”. A crucial importância do automóvel para a estruturação e para muitos dos males da cidade é produzida pelo capitalismo central e periférico. Tirando a indústria de carros como exemplo, ela é responsável por acionar toda a cadeia do sistema capitalista, anterior e posterior à produção, determinando o consumo como apontou Marx, proporcionando o fluxo de capital esperado.

Para contribuir na construção de sentido individual e coletivo, Cynthia Sarti (2004), em “A Família como Ordem Simbólica”, traz o processo de construção da autoimagem como resultado da maneira como se estabelece a relação dos indivíduos com o mundo exterior. Para a autora, a família atua como um filtro por onde passam as experiências com o outro, que são aprendidas e ordenadas, para que se comece a ver e a significar o mundo a partir dos diferentes lugares (SARTI, 2004). A garantia dos direitos passa pela consolidação de uma sociedade que repense o ônus da desigualdade em sua

história e que seja solidária e responsável pela construção de outro mundo possível. O que passa inicialmente por outro cotidiano de oportunidades mais igualitárias para a população.

Nesta pesquisa trabalharemos com o conceito de subalternidade a partir das contribuições de Gayatri Spivak e Edward Thompson. Para a autora indiana, os subalternos correspondem aos elijados da fala, “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVACK, 2012, p.14). Para Thompson (2011) a subalternidade está associada ao conceito de experiência, da trajetória enquanto classe em uma determinada formação social.

Thompson (2011) ao refletir sobre a formação das classes sociais a partir de uma perspectiva histórico culturalista nos remete para o cotidiano. Agnes Heller (2006) vai refletir sobre a vida cotidiana afirmando-a enquanto a vida de todo homem (não há para Heller possibilidade de se posicionar fora do cotidiano), e do homem inteiro, na medida em que, nela, são postos em funcionamento todos os seus sentidos, as capacidades intelectuais e manipulativas, sentimentos e paixões, ideias.

Para a análise de como os sujeitos se movimentam em meio a esta ordem social, retomaremos Certeau (1994) ao analisar o cotidiano a partir de “práticas comuns”, o que ele denomina de as “artes de fazer” dos praticantes, as operações astuciosas e clandestinas frente as “*estratégias*” formuladas pelos detentores de poder. Para Certeau, estes indivíduos, “alijados de voz”, como referidos por Spivack, em seu cotidiano apresentam formas de agência, de produção de significados, não apenas de mera e passiva apropriação uniforme, feita de puro conformismo às imposições do mercado e dos poderes sociais.

As “artes de fazer” para Certeau (1994) são elaboradas pelos sujeitos (no caso deste trabalho estamos considerando-os sob a perspectiva da subalternidade) utilizando táticas para apropriação/resistência às *estratégias*. Estes, segundo o autor, acabam originando uma “massa ruidosa” que se posicionam frente a,

[...] uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de 'consumo': esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. (CERTEAU, 1994, p. 39).

Esta “outra produção” a que faz referência Certeau corresponde a superação da compreensão que dentro de uma sociedade hierarquizada haveria sempre mera apropriação passiva pelos sujeitos “alijados de poder”. A produção “barulhenta e espetacular” diz respeito aos “usos”, as apropriações feitas pelos/as consumidores/as, produtores/as ativos/as de significados, uma vez que, no consumo dos bens culturais e materiais, existe sempre apropriações e ressignificações que alargam pretensões previstas na origem, no planejamento, na idealização das coisas.

Quanto a compreensão destas *táticas* de apropriação/resistência às *estratégias* é preciso que compreendamos a forma como elas se estabelecem e se articulam nos territórios. A compreensão do conceito de território se dá devido a sua importância como cerne da pesquisa, pois está intrinsecamente em conexão com as relações cotidianas destes indivíduos. Pois como afirma Milton Santos (2007) uma política efetivamente redistributiva, visando que as pessoas não sejam discriminadas em função do lugar onde vivem, não pode, pois, prescindir do componente territorial. Pois é ele o *chão* onde o indivíduo a partir das suas relações de vínculo e pertencimento constrói a sua identidade.

O território é parte fundamental para o seu desenvolvimento enquanto cidadão/ã, pois é a partir das construções objetivas e subjetivas pertencentes ao seu território que se identificam e constroem o seu significado enquanto ser de pertencimento social, econômico, afetivo e cultural.

Para Maricato (2014, p. 184) “a dificuldade de acesso à terra regular para habitação é uma das maiores responsáveis pelo explosivo crescimento de favelas e loteamentos ilegais nas periferias nas cidades”. Onde “as terras que não interessam ao mercado imobiliário e são ocupadas pela população de baixa renda são exatamente as áreas de ecossistema frágil, sobre as quais incide a legislação de proteção ambiental” (MARICATO, 2014, p.185).

Portanto, além deste nó localizado no acesso a terra, a autora problematiza que a ilegalidade da apropriação do espaço diferentemente do que a mídia e o processo de formação de sentido do fluxo de capital tenta formatar não se encontra apenas sob a fachada de habitacionais, mas de condomínios, loteamentos de luxo entre outros, e que é preciso discutir a ilegalidade aqui também.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que passamos agora a apresentar e analisar é o cotidiano de famílias que tem mulheres como referencia principal, seja por serem as únicas provedoras, seja por terem um papel mais significativo na organização familiar, o que se intensifica onde as figuras masculinas são extremamente fragilizadas em termos de sua afirmação via trabalho, e participação no espaço público.

Para Isabel Guerra (1993), ao analisar os modos de vida, deve-se levar em conta três dimensões: **o sistema e os atores sociais; a história e o cotidiano; e o objetivo e o subjetivo na percepção do real**. Essas três dimensões deveriam ser articuladas de modo a combinar a força da estrutura com a possibilidade de ação dos indivíduos, o nível da vida cotidiana articulado com o econômico, o político, o cultural, bem como as redes de poder estabelecidas nas articulações entre as diferentes esferas do social.

Tomaremos para a análise dos resultados finais da pesquisa, uma interlocutora principal, **Marília**, uma das moradoras mais antigas da comunidade. Chegamos até ela através de uma de nossas informantes que é proprietária de salão de beleza na comunidade, conhece a todos/as apesar de não residir no local. Nosso primeiro encontro com Marília aconteceu no salão de beleza de nossa informante, ela nos levou até a sua casa, depois até a casa de suas vizinhas. Consideramos esta nossa principal interlocutora e tivemos com ela a oportunidade de fazer uma entrevista em profundidade, uma vez que a relação estabelecida com ela veio de um reconhecimento anterior do fenômeno, já conhecíamos o histórico da comunidade, o perfil das famílias e das mulheres, já haviam sido realizadas entrevistas anteriores a esta, e, também, porque estabeleceu-se uma relação empática entre a pesquisadora, também moradora de uma área de ocupação na região metropolitana de Recife

e *Marília*. Estabeleceremos nosso foco em sua história e a partir dela que estabeleceremos a interlocução com as outras entrevistas e informantes.

Cabe ressaltar que o perfil das famílias da comunidade é de chefia feminina, com histórico de migração de áreas rurais para a urbana, baixa escolaridade e ocupações precárias, predominantemente o serviço doméstico. Cotidianamente estas mulheres criam táticas (CERTEAU, 1994) para enfrentar estratégias elaboradas “fora do Lugar”, como reflete Maricato (2002), e a má-fé institucional e da sociedade como nos aponta Jessé Souza (2016), dimensões estas relacionadas às condições para a sua sobrevivência. Ainda é muito comum a circulação de crianças, como já observava Cláudia Fonseca no estudo Fofoca e Honra (2002) e a oferta de serviços por outras mulheres a preços simbólicos para viabilizar o acesso destas crianças a escola e a outros direitos, que tem o seu horário de funcionamento completamente incompatível com o tempo do trabalho e de mobilidade urbana em uma cidade como Recife, considerada a cidade com o maior engarrafamento em linha reta do Brasil.

Em relação ao cuidado com as crianças e a incompatibilidade dos tempos da vida apresentamos abaixo dois depoimentos, o primeiro revela as táticas para a manutenção do cuidado com as crianças e a permanência das mulheres no mundo do trabalho, o segundo as dificuldades relacionadas a mobilidade em uma cidade com distancias como a de Recife:

Aqui no nosso depósito de água a gente fez uma escola comunitária neste espaço que nós estamos, era uma escolinha tinha 28 aluno de manhã, tinha 37 de tarde e os aluno da manhã ficava até a noite. A gente ficava brincando com eles durante o dia todo. eles não participava da aula lá do salão dos da tarde. Aqui fora daí praqui tinha uma areazinha a gente fazia outro grupo aqui fora feito um reforço aí eles ficava fora aqui com a gente quando as mães chegava era 5:30, 6:00 horas elas pagavam uma taxa pra gente ficar com as crianças até a tarde até o horário do emprego é feito um tipo de uma creche, as elas pagavam porque tinham confiança na gente, a gente dava banho, dava comida, dava lanche tudo direitinho [...] a gente passou 4 anos com a escolinha comunitária (Marielle Franco)

[...]daqui pro trabalho, do trabalho pra cá, ele trabalhou também na cidade depois que eu coloquei ele no ponto de encontro. Assim que eu vim pra cá, ele saiu do ponto de encontro aí depois ele trabalhou, ele saia de 3:30 da

manhã pra trabalhar lá em Maria Farinha longe um chãozinho, mais eu fazia aquentinha dele ele levava almoço pra lá, acordava de madrugada e quando ele saía eu ia pra loja trabalhar era de 7:00, 8:00. Antigamente não tinha esse trânsito que tem hoje era rápido pra você chegar na cidade era 20 minuto (Luiza Mahin).

Nas quase 3 horas de entrevista, Marília constrói a narrativa de sua vida, o que nos apontou para as outras questões identificadas nas demais entrevistas.

Marília é aposentada e tem um filho que mora com ela, e esse recebe um auxílio que corresponde a metade de um salário mínimo, mesmo assim, segundo ela, a luta é grande. O filho de Maria concluiu o ensino médio ao passo que ela cursou até a quarta série primária. Considera como amigos: **Zeza, Maria, Iara**, vizinhos e com quem ela pode contar para qualquer necessidade que apresente nesta vida. Durante todo tempo que estivemos com ela, continuava explicando a espera dos prometidos apartamentos, que eram para ser fonte de felicidade, mas que estavam causando um desconforto para todos os moradores locais. De acordo com Marília, o conjunto habitacional vai receber o nome de alguém ilustre da comunidade, o padre que organizava cursos de qualificação naquela localidade. O padre é representado por Marília como homem forte e atuante que trabalhava na comunidade com a intenção da profissionalização. Depois da sua partida as oportunidades foram ficando escassas. Marília assim como as outras, veio de regiões menos urbanizadas, no caso dela da Paraíba onde trabalhava na roça. Chegando ao Recife foi trabalhar em casa de família de onde saiu para se casar. Hoje Marília tem dois filhos e três netos e um bisneto, na Paraíba ela plantava e aqui ela não tem como plantar, o que segundo ela afeta a capacidade de diversificação alimentar. Mesmo com tanta dificuldade Marília participa de várias atividades promovidas por projetos sociais e outros grupos e instituições. A percepção que tem sobre lazer está muito vinculada a perspectiva do consumo, ao direito a cidade, trabalho etc. Marília caminha no parque da Jaqueira, frequenta a academia da cidade no parque Santana, faz natação em um projeto social na ABB e a sua religião é evangélica. Ela gosta muito de falar da comunidade a carrega no tom de saudade que remete a outros tempos. De qualquer forma o passado também não foi fácil. Consideramos Marília uma grande contadora de histórias. Nos relatou momentos de vida em família, da família dos vizinhos, de fatos do seu cotidiano com o marido, em um momento em que ele esteve internado, e da emoção de ter feito uma feira algo que até então ela jamais havia realizado. Ela projeta para o futuro a possibilidade de uma vida melhor.

A história de Marília é uma história de migração o que apresenta ampla similaridade com a história das outras mulheres que partilham com ela o espaço, vieram do interior através de algum parente ou conhecido para a

comunidade onde se estabelecem até hoje, trabalhavam na roça e ao chegar na cidade passam a trabalhar em casas de família:

[...] sou do interior [...] sai foi pra trabalhar né! pra ter uma vida melhor pra sobreviver né. Porque onde eu morava não tinha condições de nada, passava muita necessidade aí tinha que trabalhar, aí comecei a trabalhar com 10 ano de idade (Luiza Mahin).

Trabalhava na casa do Juíz brincando com a menina dele aí da casa do juíz, fui conheci a tia desse pessoal do juíz e conheci a tia dessa minha patroa agora. Aí ela precisava de uma pessoa pra brincar com o menino dela aí, eu vim com 12 ano até a data de hoje. Eu tenho 59 ano quer dizer que faz quantos ano que eu tô lá, aí tive os três filho, casei tive os três filho aí o carro matou o meu marido e eu fiquei com esses 03 menino. Aí minha patroa ajudou a criar esses três menino ficou tudo na casa da minha mãe aí depois eu fui trazendo pra cá pra favela (Marielle Franco).



Fonte: Acervo pessoal

Nesta imagem a entrada da comunidade vista pela varanda do apartamento da orientadora. Em destaque os rapazes, de blusa amarela, que trabalham na mercearia que fornece água e gás para muitos dos apartamentos da região e Nega, a cadelinha que toma conta da entrada.

Logo de entrada, um dos primeiros contrastes, as boas vindas é dada através de um córrego a céu aberto, com cheiro forte, água suja, grossa, do outro lado, na esquina, a lanchonete McDonalds. A paisagem da Lemos Torres remete para a dimensão do abandono da cidade, do descuido com as vias públicas, da falta de saneamento ambiental.

A via de acesso ganha um movimento diferentes do percebido na Avenida 17 de agosto. Uma primeira cena chama nossa atenção: um homem com sua bicicleta conversa com uma senhora que vendia quitutes, mais adiante tinha cerca de cinco rapazes em um lava jato improvisado, baldes, aspiradores e outros equipamentos utilizados para a lavagem de carros dispostos ali no meio da rua, alguns tijolos dão sustentação a uma placa divulgando o serviço.

A cidade e a comunidade

Em relação a delimitação do fenômeno, retomamos a grandeza e o impacto do déficit habitacional em Recife, que atingiu 70 mil famílias em 2017, contabilizando um total de 270 mil pessoas sem moradia. Segundo organizações que lutam pela defesa do direito a moradia na cidade, a exemplo do Centro de Defesa de Direitos Dom Helder Câmara - CENDHEC, o Programa *Minha Casa, Minha Vida*, sequer arranhou este déficit, e as habitações, quando construídas e entregues, ficam distantes da cidade e com deficiências de infraestrutura. Recife está entre as capitais do país com o maior número de conflitos urbanos.

Neste sentido em uma cidade como Recife a desigualdade se materializa de diversas formas, a exemplo de não acesso ou de acesso desigual a cidade e aos seus territórios. Recife está entre as capitais do país com o maior numero de conflitos urbanos, o que tem uma incidência determinante sobre a formação de diferentes vivências da cidadania entre os seus moradores/as, o que é intensificado nos movimentos assumidos pela cidade, como o processo de verticalização após um longo período de 'boom' imobiliário, a 'Lei dos 12 Bairros' que pegou os bairros que tinham a maior densidade de construções e exigiu a implantação de áreas verdes maiores, o que não deu muito certo, pois os 12 bairros incluídos foram apenas os da Zona Norte (incluindo Casa Forte), causando um grande impacto nos bairros aos arredores que continuaram a construir e adensar a Região Metropolitana do Recife.

Outro exemplo disto é projeto Novo Recife que é o plano imobiliário concebido por um consórcio de empreiteiras que pretendem construir 12 torres ao longo do Cais José Estelita, no bairro de São José, na área central da

cidade, a não efetivação do Plano Diretor Ciclovitário (PDC), entre vários outros fatores.

Para fins de organização política do espaço público, a comunidade Lemos Torres integra a Região Político Administrativa III (RPA3). Apesar da diversidade dos bairros que compõem essa região, temos na coexistência com esta comunidade algumas das áreas com maior preço por metro quadrado da cidade do Recife e que apontam maior taxa de valorização imobiliária, o que é um indicador importante de processo de urbanização do solo bem como de especulação imobiliária.

Os bairros mais caros para venda em abril de 2017 na cidade do Recife foram:

Quadro 1. Bairros e Valores

BAIRROS	VALOR MÉDIO/M²
Pina	R\$ 8.929
Jaqueira	R\$ 7.353
Graças	R\$ 7.217
Tamarineira	R\$ 6.853
Rosarinho	R\$ 6.542
Poço da Panela	R\$ 6.519
Boa Viagem	R\$ 6.436
Casa Forte	R\$ 6.394
Torreão	R\$ 6.364
Madalena	R\$ 6.28

Fonte: DMI- Dados do Mercado Imobiliário da plataforma VivaReal (2017)

A convivência mais imediata dos/as moradores/as da Lemos Torres dentro da RPA3 se dá com o bairro de Casa forte, o vizinho mais imediato, uma das regiões com maior valor comercial e renda *per capita* da cidade de Recife. A vivência/ convivência nesta paisagem acaba por dar os contornos do cotidiano desta população, que convive com os determinantes da conflituosa

relação entre classes sociais, que originalmente caracterizam a história do nosso país, conforme reflexão de Cardoso (2010) e Brum (1999).

O preço do m² é algo que impacta diretamente nas demandas cotidianas das famílias que habitam este território. Como reflete Saraiva (2015, p.34):

[...] a cidade abriga a força de trabalho, o poder capitalista e o Estado. É nesse quadro que se opera a repartição dos recursos da sociedade. O Estado administra, de certo modo, as necessidades sociais. A produção do espaço é obra coletiva, resultado do trabalho de muitos, mas o consumo é mediatizado.

No caso do Recife, o impacto da especulação imobiliária associada ao déficit habitacional da os contornos de uma cidade estruturada a partir da coexistência conflituosa entre os diferentes grupos na paisagem da cidade, relações que cotidianamente se materializam envolvendo grupos sociais com capacidades desiguais, que resultam em modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território

Um dos grandes desafios deste projeto foi como os moradores da Lemos Torres se ambientam com tudo ao seu redor, com uma cidade que não foi pensada nem projetada para eles, logo questiono uma moradora sobre a McDonald's, Walmart e o Plaza na redondeza, ela informa que faz compras no Walmart e dá mais informações:

Às vezes que eu tava com dinheiro -eu morava com duas netas de 7 anos -eu ia na McDonald's com ela tomar sorvete, na McDonald's eu ia, às vezes eu vou no Plaza (Marília)

Este exemplo presenciado por nós durante as idas ou observação da comunidade nos remete ao diálogo possível entre Milton Santos e Serpa (2010) uma vez que não há possibilidade de construção de cidadania prescindindo da análise do "chão da cidade" ao que é usado pelas pessoas, o "componente territorial", já que o valor do indivíduo depende do lugar onde ele está, e igualdade supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços.

A Comunidade Lemos Torres é expressão desta convivência que afeta de forma desigual os diferentes grupos urbanos, através de formas distintas de apropriação do espaço e dos serviços e produtos nele disponíveis. De modo que "o urbano se torna, assim, um lugar de conflitos permanentes, fruto das

lutas travada pelos movimentos sociais por habitação, transporte, escolas, creches, serviços de assistência à infância, serviços de saúde, água, luz, dentre outros equipamentos e serviços urbanos” (SARAIVA, 2015. p. 35).

Exemplo disto é o impacto sobre a questão dos bens de consumo no cotidiano, morar e viver em uma área nobre de uma capital, com baixa mobilidade urbana, custo muito elevado para as tarifas de transporte implica na possibilidade de trânsito das pessoas e acesso a serviços. O funcionamento das escolas, dos postos de saúde, entre outros serviços é incompatível com a possibilidade de conciliar horário de trabalho com o acesso a estes direitos. Diante disto as famílias estabelecem o que chamam de “viração”, como fazer parte do percurso a pé, improvisar cadeiras de plástico amarradas as bicicletas para levar as crianças a escola, contratar a preços simbólicos o trabalho de outras mulheres para levar e buscar seus filhos nas creches, pagar para dar “uma olhadinha” nas crianças até que elas cheguem do trabalho, o que acontece muitas vezes em horário muito fora do previsto.

***Izidora:** Oxe meu filho eu pegava ônibus saia aqui era 4 horas, 5 horas da manhã [...] você conhece ali o clube Português? eu ia daqui pro clube Português de pés, tinha dia que ia de pés, saía daqui praquele clube Português[...]ainda andava a pés, tinha que sair cedo pra chegar na hora e dar café pros patrão[...]ia a pé pra Casa Amarela, pro Vasco, ia andando pro Vasco a pé, ia pra Nova Descoberta*

Os/as habitantes de áreas periféricas como a Lemos Torres enfrentam grandes desafios diariamente, principalmente no ambiente da cidade. Segundo estatísticas, cerca de 95% das perdas de viagens de ônibus nas linhas operadas na periferia da Zona Norte do Recife, são causadas devido congestionamentos. Cerca de 26 mil viagens de ônibus são programadas por dia, porém 6% delas não são realizadas causa do trânsito, e o percentual de perda das linhas chega a 30%. 1,6 milhões de pessoas vivem no Recife, no entanto apenas 200 mil residem nos chamados bairros de classe média e 80% da população recifense está nos subúrbios.

A perspectiva do endividamento é comum entre as famílias, como nos foi cofiado por Marília:

[...] vou falar baixo para ninguém escutar, eu fiz um empréstimo no Itaú para o meu filho de vinte mil reais.

Pesquisadora: *porque a senhora fez empréstimo?*

Marília: eu cai na onda dele mulher, ele comprou um carro para ele, pra usar na uber.

Pesquisadora: *ele ajuda a senhora?*

Marília: ajuda o que mulher, ele passou o carro para outro, para fazer uber, para pagar jogo de caça níquel, pedi oração por ele na igreja, nem o povo daqui sabe, eu passo a noite inteira de vigília de joelho pelo meu filho, vou coloco o nome dele na oração na terça- feira eu na assembleia de Deus do lado da americana, eu já sou batizada nas águas visse!

O atual ataque as políticas sociais, a recessão econômica com impacto decisivo sobre o trabalho, o encolhimento do setor de construção civil e do programa Minha Casa, Minha Vida nos últimos dois anos faz avançar vivências como estas através da ampliação do déficit habitacional no país e do endividamento das famílias.

Esta dinâmica desigual em termos de capacidade para a organização da vida estrutura os conflitos urbanos que tem origem no acesso desigual aos espaços, as possibilidades de uso proporcionadas às famílias e indivíduos. Neste sentido a cidade se torna uma unidade de sentido, manifesta através de aspectos da ordem do concreto e do simbólico, das relações estabelecidas na sociedade, expressão viva de seus pontos críticos e significativos. De acordo com Bobbio (1999), conflito é uma forma de interação que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos.

O direito a morar e viver com dignidade está em alguma medida condicionado, subalternizado, a lógica de organização das cidades a partir de perspectiva de monetarização da vida assumida pelo capital. A possibilidade de morar, a despeito de ser este um direito, é determinada pelo “valor” que assume a área pretendida para a moradia, a história das cidades é também uma história de movimentos de expulsão de suas camadas subalternas para as regiões periféricas, de menor valor comercial. Quando a ocupação implica relação inversa, como no caso desta pesquisa a ameaça de expulsão acontece de forma reiterada, seja pelo uso da força, através de mandatos de segurança, seja através de soluções políticas que muitas vezes implicam em remoção.

Outras questões são logo percebidas, e em alguma medida são

desconsideradas, como a criação de animais (cachorros e galinhas) e os vários estabelecimentos comerciais que a comunidade apresenta, na figura de mercearias, fiteiros e salão de beleza.

Na saída da comunidade partimos com uma imagem impactante e acima de tudo real da Lemos Torres, crianças correndo pela beira do córrego e na rua, jogando futebol com um coco, sorridentes e entusiasmadas. Esse momento me levou a refletir sobretudo as desigualdades, onde não somos iguais nem perante a riqueza produzida, nem perante a lei, onde o racismo ambiental mesmo sendo baseado em barreiras invisíveis existe, e é efetivamente e fortemente aplicado, separando cada vez mais as classes na nossa sociedade.

Sobre as perspectivas de futuro para a pesquisa elas estão projetadas sobre a possibilidade de acesso a moradia, de encerramento de um ciclo iniciado na luta e posterior promessa do conjunto habitacional. Vê-lo ali pronto, porém ainda não concluído, dá a dimensão das barreiras reais e simbólicas impostas a estes sujeitos. Que temem a todo o momento a instável presença do Estado que nunca se fez presente de modo efetivo em suas vindas. Enquanto isto as mulheres e famílias com as quais dialogamos nesta pesquisa existem e resistem cotidianamente criando táticas para a sua sobrevivência em uma sociedade de classes e de consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro de Casa Forte é um dos bairros considerados como de classe média, entretanto se equiparmos com a realidade da comunidade Lemos Torres veremos que, os privilégios nos quais as pessoas que moram nas chamadas áreas nobres detêm não pertencem a toda população em questão na região. O conceito de racismo ambiental é exatamente isso, a cidade é vista e aproveitada de diferentes formas pelas diferentes classes, mesmo habitando o mesmo bairro, os moradores de classe social mais elevada possuem o acesso a direitos que é restito as famílias que coabitam o mesmo espaço mas tem perfil periférico. Esta desigualdade de fato não está diretamente prevista no campo do direito, ela perpetua-se, se ressignifica nos diferentes contextos sociais e históricos, mesmo não estando sancionado por lei, porém é a realidade vivida, o racismo invisível que está muito presente.

Essas questões podem ser observadas em diversas áreas do cotidiano urbano, a exemplo da mobilidade urbana, no acesso instável e precário ao mundo do trabalho, da convivência conflituosa ou exploratória entre as diferentes classes sociais. A presença ainda pouco efetiva do Estado em relação ao acesso aos direitos sociais.

Os resultados apontam para a complexidade que caracteriza o processo de urbanização das cidades, com interesses e demandas bastante distintas em interação. As famílias, em sua maioria chefiada por mulheres, criam uma série de táticas para atenderem suas necessidades diárias. Foi revelada também a instabilidade causada pela insegurança relacionada ao acesso precário a moradia, as limitações diárias quanto a disponibilidade de renda, bem como a existência de formas muito distintas de relação entre as classes, seja através da vivência de funções precárias relacionadas ao trabalho, a “doação” de itens que seriam descartados, e a partilha de espaços públicos como os parques públicos, ou privados, através de projetos sociais. A ausência do Estado em termos da oferta de serviços essenciais, como os relativos a educação infantil, também foi apontado como um fator limitador ao estabelecimento de estratégias de sobrevivência, o que revela uma série de serviços/solidariedades partilhadas dentro da própria comunidade, entre suas mulheres.

A pesquisa revelou uma série de aspectos que precisam ser aprofundados e que remetem para questões bastante específicas, algumas delas foram tratadas neste relatório das atividades de pesquisa. Reafirmamos a necessidade de revelar junto com os sujeitos as trajetórias vivenciadas para que possamos compreender como se tece a trama de nossas relações na sociedade.

Referências

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010. 368 p.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Vol.1. Brasília: UNB, 1999. p.225.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade salarial do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

FONSECA, Cláudia. Família, **Fofoca e Honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://groups.google.com.br/group/digitalsource/>> Acesso: 20 de junho de 2013.

GUERRA, I. **Modos de vida**: novos percursos e novos conceitos. Sociologia - Problemas e Práticas, n. 3, p. 59-74, 1993.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARICATO, Ermínia, **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias**. In: MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos; ARANTES, Otília. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. Record: Rio de Janeiro. São Paulo, 2007.

SARAIVA, Joseana Maria. **A lógica do capital e do estado na provisão dos meios de consumo coletivo**: uma experiência de responsabilidade social no campo da assistência à criança. Recife: Editora UFPE, 2015.

SARTI, Chynthia. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem são e como vivem. Ed. UFMG, 2016.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p.133.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**, 1: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2011.